





Lex

Miranda lado a lado com anglo-saxónicas na lista final para prémio africano Lex 32



Fusões e aquisições | Mais uma operação em que o papel dos juristas ganha visibilidade: a privatização dos Correios, que o Governo quer fechar até final do ano.

SERVIÇOS JURÍDICOS

Quatro sociedades de advogados estão a privatizar os CTT

Assessoria jurídica à venda dos Correios envolve, nesta primeira fase, equipas de quatro escritórios: Abreu Advogados, Linklaters, PLMJ e Vieira de Almeida

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

A área das fusões e aquisições volta a agitar a chamada advocacia de negócios na parte final do ano, com a recente oficialização, em Diário da República, do processo de venda de 100% do capital social dos CTT. Quatro equipas de juristas da Abreu, Linklaters, PLMJ e Vieira de Almeida destacam-se, para já, no trabalho de assessoria à privatização dos correios, processo que o Governo quer fechar este ano e em que pretende arrecadar cerca de 600 milhões de euros.

Incluída no "pacote" de empresas públicas a alienar, no âmbito do programa de ajustamento assinado com a troika – Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu –, a priva-

Abreu e PLMJ foram escolhidas pelos CTT, enquanto a VdA foi seleccionada pela Parpública.

tização dos Correios de Portugal está a mexer deste o início do Verão, mas só este mês o seu arranque foi oficializado, com a publicação em Diário da República do decreto-lei que aprova a venda.

Num processo em que o Estado está representado pela Parpública, a escolha dos assessores jurídicos que dão apoio a esta empresa recaiu na sociedade de advogados Vieira de Almeida & Associados (VdA).

Segundo apurou o **Negócios**, o líder do escritório, João Vieira de Almeida, está directamente envolvido nesta transacção, ao integrar uma equipa de especialistas em fusões e aquisições, mercados de capitais, telecomunicações e Direito Público onde também marcam presença Margarida Couto, Rodrigo Esteves de Oliveira, Cláudia Cruz Almeida, José Pedro Fazenda Martins, Hugo Moredo Santos e Ana Marta Castro.

Tal como anunciado pelos CTT e noticiado pelo **Negócios**, os Correios escolheram por seu turno duas sociedades de advogados para

Os bancos que fazem a assessoria financeira desta transacção têm a ajuda jurídica da Linklaters.

lidar com o processo de privatização. São elas a PLMJ e a Abreu. No caso da primeira firma os sócios envolvidos neste processo são Luís Sáragga Leal, Sofia Gomes da Costa e Magda Viçoso. Já relativamente ao

escritório de Miguel Teixeira de Abreu, os serviços jurídicos prestados estão a cargo de uma equipa liderada pela sócia Carmo Sousa Machado.

Na alienação da totalidade do capital desta empresa pública está ainda envolvida a multinacional britânica Linklaters, através do escritório de Lisboa. Esta sociedade de origem britânica tem à sua conta o apoio jurídico aos assessores financeiros desta transacção – Caixa Banco de Investimento e JP Morgan. O sócio António Soares e as advogadas Joana Vilhena e Mariana Batista respondem por esta parte do trabalho.

O que Governo ainda quer fazer
Tal como o **Negócios** já noticiou, o Governo espera privatizar a totalidade dos CTT por cerca de 600 mi-



ASSESSORES JURÍDICOS

ADVOGADOS QUE LIDERAM EQUIPAS DOS QUATRO ESCRITÓRIOS QUE ASSESSORAM A VENDA DOS CTT



António Soares, advogado e sócio da Linklaters, está à frente da equipa que dá apoio aos bancos.



Camo Sousa Machado é sócia da Abreu Advogados, uma das sociedades que assessora os CTT.



João Vieira de Almeida é managing partner da VdA, firma que presta serviço à Parpública.



Luís Sárrega Leal, sócio fundador da PLMJ, está também na equipa de apoio aos Correios.

Apoio jurídico à venda da ANA demorou ano e meio



A operação jurídica de privatização da ANA - Aeroportos de Portugal prolongou-se por cerca de ano e teve a sua conclusão na última semana. Neste processo, em que foi vendido

95% do capital ao grupo francês Vinci, pelo valor de 3.080 milhões de euros, a CMS Rui Pena & Arnaut foi a sociedade que representou os gauleses, através de uma equipa que envolveu os sócios José Luís Arnaut,

Mónica Carneiro Pacheco e Francisco Xavier de Almeida. A Parpública, em representação do Estado, teve o apoio da PLMJ e dos advogados Jorge de Brito (sócio), Duarte Schmidt Lino e Raquel Azevedo Pereira.



José Luís Arnaut esteve à frente da equipa jurídica que deu apoio ao grupo que comprou a ANA.

lhões de euros. A necessidade de receita e a certeza da existência de interessados no processo permitem ao Executivo ter a expectativa de que o fecho da operação ocorra ainda este ano.

Depois de ter privatizado a participação detida na EDP e parte da posição na REN, o Governo lançou recentemente os concursos para a privatização da Caixa Seguros e dos CTT. No âmbito do programa de ajustamento assinado com a troika estão também previstas as alienações da TAP e da EGF, empresa de gestão de resíduos que integra o grupo Águas de Portugal.

Outra das transacções que fez mexer no último ano e meio o sector dos serviços jurídicos foi a privatização da ANA, processo que foi dado por concluído no decorrer da última semana.